


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0002721-22.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Humberto Casale Peças Me**
 Requerido: **Scw Telecom Ltda**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

HUMBERTO CASALE, já qualificado, moveu a presente ação declaratória de inexistência de débito cc. indenização contra SCW TELECOM LTDA, também qualificada, alegando ter contratado os serviços da ré para acesso a internet mediante pagamento mensal de R\$ 89,90, contrato que houve por bem rescindir em 19 de junho de 2012, notificando a ré, que não obstante teria emitido boletos de cobrança nos meses seguintes, de setembro e outubro de 2012, incluindo uma multa contratual de R\$ 801,80 pela qual emitiu duplicata mercantil e a apontou a protesto, devidamente sustado através da ação em apenso, autos nº 2.496/12, reclamando assim a declaração de inexistência do débito de R\$ 801,80, declarando-se também a nulidade das cláusulas 30ª e 33ª do contrato, condenando-se a ré ao pagamento de indenização pelo dano moral que estima em R\$ 8.018,00.

Não obtida conciliação em audiência preliminar, a ré contestou o pedido sustentando que o autor, ao comunicar a rescisão, não teria enviado o comprovante de pagamento do mês de julho de 2012, imediatamente anterior à rescisão pretendida, de modo que cobrou prova desse pagamento por e.mail, sem o que não deu o contrato por cancelado, sendo lícita a cobrança da multa contratual.

O autor replicou reiterando os termos da inicial.

É o relatório.

Decido.

Preliminarmente, cabe destacar que o autor não é pessoa jurídica, mas comerciante em nome individual, o que equivale dizer, nos termos da lição de RUBENS REQUIÃO, “*é a própria pessoa física ou natural, respondendo os seus bens pelas obrigações que assumiu, quer sejam civis, quer comerciais. A transformação de firma individual em pessoa jurídica é uma ficção do direito tributário, somente para os efeitos do imposto de renda (Ap. Cív. nº 8.447 - Lajes, in Bol. Jur. ADCOAS, nº 18.878/73)*”¹.

Do mesmo sentir, CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO escreve seja “*erro elementar falar em representante de firma individual. O direito comum desconhece essa figura, que tem pertinência exclusivamente à disciplina tributária das atividades de empresários em nome individual. Quem exerce o comércio em nome individual é sempre a pessoa física. Parte é esta, porque a firma individual não é pessoa jurídica, não tem personalidade perante o direito (capacidade de adquirir direitos, ser titular de bens ou contrair obrigações)* - (CC, arts. 2º, 12.

¹ RUBENS REQUIÃO, *Curso de Direito Comercial*, Saraiva, SP, p. 55.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

18) - e, conseqüentemente, não tem capacidade de ser parte”².

Logo, enuncia-se apenas a pessoa física do autor como legitimado ativo.

No mérito, temos que a rescisão do contrato foi objeto de notificação formal do autor à ré, conforme se lê às fls. 32.

Condicionar a pretensão de rescisão do contrato a que seja feita prova de pagamento, mediante exibição do boleto ou recibo quitado, é conduta que não corresponde à melhor prática.

Em primeiro lugar, porque à ré, que é fornecedora do serviço nessa relação, cabe o controle dos valores que recebe.

Depois, porque se há mora ou dívida em aberto, isso não pode obrigar o outro contratante a permanecer vinculado ao negócio *para o futuro*, com o devido respeito.

A anuência à rescisão era ato inescusável, daí seja desprovida de fundamento a pretensão de cobrança da multa contratual.

O pedido declaratório é, portanto, procedente.

Quanto ao dano moral, é certo que o protesto não chegou a ser lavrado, mas não o foi pela pronta ação do autor, que ajuizou ação cautelar em apenso e obteve liminar para a sustação.

Esse fato não pode, com o devido respeito, beneficiar quem indevidamente emite e aponta a protesto título irregular.

A responsabilidade da ré é, portanto, inconteste.

Procedente a responsabilidade civil da ré, cumpre liquidar o dano moral.

O fato de que os títulos não tenham sido efetivamente protestados implica em que o prejuízo moral tenha, de fato, sido minorado.

Ainda que a diligência do autor não possa favorecer a ré, cumpre reconhecer que, objetivamente, não se verificou um abalo de crédito em seu detrimento.

O prejuízo moral, na hipótese, é potencial.

Assim, a fixação da indenização em valor equivalente ao valor do próprio título apontado a protesto, parece-nos suficiente a reparar os prejuízos suportados pelo autor, bem como a impor às rés um caráter preventivo e reparatório.

O valor, liquidado em R\$ 801,80 na data desta sentença, deverá sofrer correção monetária pelos índices do INPC, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data referida.

A ré sucumbe e deve arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Acolhida no mérito a presente ação, julgo procedente a ação cautelar de sustação de protesto, autos em apenso nº 2.496/12, e torno definitiva a medida liminar que sustou o protesto do título, cumprindo à ré, do mesmo modo, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor daquela causa, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que DECLARO INEXISTENTE a relação jurídica que motivou a emissão da duplicata mercantil por indicação nº 00211452200, emitida pela ré SCW TELECOM LTDA contra o autor HUMBERTO CASALE, no valor de R\$ 801,80 e com vencimento para 30 de novembro de 2012; CONDENO a ré SCW TELECOM LTDA a pagar ao autor HUMBERTO CASALE indenização por dano moral no valor de R\$ 801,80 (*oitocentos e um reais e oitenta centavos*), acrescido de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença, e

² CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, *Instituições de Direito Processual Civil*, Vol. II, Malheiros, SP, 2001, p. 115.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL**

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

CONDENO a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado; e JULGO PROCEDENTE a ação cautelar de sustação de protesto, autos nº 2.496/12 em apenso, e em consequência CONDENO a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor daquela causa, atualizado.

Oficie-se ao Cartório de Protesto informando o resultado desta ação.

P. R. I.

São Carlos, 15 de outubro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**